



Poderes

Câmara engaveta questionamentos de deputados da oposição ao governo

— Mesa Diretora da Casa deixou de encaminhar ao Executivo 171 pedidos de informação no ano passado e parlamentares falam em 'blindagem' à gestão Lula; Lira não comentou

ANDRÉ SHALDERS
BRASÍLIA

A Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, presidida por Arthur Lira (PP-AL) e responsável por dirigir os trabalhos da Casa, engavetou questionamentos formais feitos ao governo Lula por parlamentares da oposição e comissões. No ano passado, a Mesa deixou de encaminhar 171 pedidos de explicações ao Poder Executivo, um número recorde pelo menos desde 2014.

Os chamados Requerimentos de Informações (RICs) são uma das principais ferramentas à disposição dos congressistas para que exerçam o papel de questionar e fiscalizar as atividades do Executivo. Procurado, Lira afirmou que não iria comentar. O primeiro-vice-presidente da Câmara, deputado Marcos Pereira (Republicanos-SP), disse despachar para o comando da Mesa todas as solicitações apresentadas pelos colegas no prazo médio de uma semana.

O número de RICs não encaminhados em 2023 é recorde em números absolutos pelo menos nos últimos dez anos. Em relação ao total de pedidos apresentados pelos deputados e pelas comissões, é o maior número desde 2017. Este ano, o número de requerimentos ainda não encaminhados é ainda maior: 765 de 1.331. No entanto, é provável que a proporção de RICs enviados aumente até o fim de 2024.

Congressistas de oposição ou independentes são os que mais ficaram com solicitações de informações "retidas" na Câmara em 2023. A campeã da lista é a representante do Novo na Casa, deputada Adriana Ventura (SP), com 49 pedidos não encaminhados. Ela é seguida pelos requerimentos das comissões permanentes (30). Também integram o ranking os deputados Marcel Van Hattem (Novo-RS), com 12 pedidos; Amom Mandel (Cidadania-AM), com 7 solicitações; Delegado Paulo Bilynskyj (PL-SP), também com 7; e Daniela Reinehr (PL-SC), com 5.

ORÇAMENTO SECRETO. Dentre os pedidos não encaminhados de Adriana Ventura, oito di-



zem respeito ao uso das verbas remanescentes do antigo orçamento secreto, por parte do governo Lula. Os pedidos são destinados aos sete ministérios que herdaram esses recursos e à Secretaria de Relações Institucionais, e foram apresentados em junho do ano passado.

Todos receberam parecer favorável do primeiro-vice-presidente da Câmara, mas não foram repassados ao governo. Como mostrou o *Estadão*, no terceiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o governo continua usando essas verbas como moeda de troca no Congresso, contrariando a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de 2022 que proibiu a prática do orçamento secreto.

CRITÉRIOS. O Regimento Interno da Câmara especifica situações nas quais os pedidos não serão encaminhados pela Mesa Diretora. Os requerimentos não podem tratar de "providências a tomar, consulta, sugestão, conselho ou interogação sobre propósitos da autoridade a que se dirige". Uma vez encaminhados, precisam ser respondidos dentro de até 30 dias. Um ministro que deixe de responder a um RIC ou responda com informações falsas pode, inclusive, incorrer em crime de responsabilidade.

"É dever do Legislativo fiscalizar o Executivo. Quando um Requerimento de Informação é engavetado pela Mesa Diretora, a prerrogativa parlamentar é absolutamente prejudicada e, por consequência, a democracia é enfraquecida. O Congresso Nacional não pode ser leniente ou fechar os olhos para o mau uso de dinheiro públi-

co", afirmou a deputada Adriana Ventura.

"Essa situação prejudica o trabalho parlamentar, que tem como uma das suas funções mais importantes a fiscalização. E responder a tempo é fundamental para isso. Tem um prazo de 30 dias para a resposta do Executivo, só que ele passa a contar a partir do momento que é despachado pela Mesa Diretora. Então, o fato de a Mesa não despachar acaba atrasando. E às vezes a resposta, quando vem, já é pauta vencida", disse o deputado Marcel Van Hattem. O parlamentar afirmou ainda que já questionou Lira a respeito do problema, há cerca de um mês.

CRÍTICA. "Nós fazemos o requerimento de informação como parte de nossa função parlamentar. Mas nós sabemos – ao menos eu sei – que o presidente Lira, especificamente, não repassa esses requerimentos ao governo. Ele blinda o governo dos requerimentos de informação. Ele próprio está cerceando o nosso direito de sermos parlamentares completos. Não é nem o governo agindo, é o próprio presidente Lira", declarou o deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PL-SP).

No ano passado, cinco requerimentos do parlamentar do PL deixaram de ser encaminhados pela Mesa da Câmara. O deputado chegou a fazer um pronunciamento no plenário da Câmara reclamando do não andamento dos requerimentos de informação.

Marcos Pereira disse cumprir sua parte no processo – ou seja, apresentar parecer sobre os pedidos – no prazo médio

"É dever do Legislativo fiscalizar o Executivo. Quando um Requerimento de Informação é engavetado pela Mesa Diretora, a prerrogativa parlamentar é absolutamente prejudicada. O Congresso Nacional não pode ser leniente ou fechar os olhos para o mau uso de dinheiro público"

Ariana Ventura (Novo-SP)
Deputada

"Todos os RICs encaminhados à primeira-vice-presidência são despachados com prazo médio de uma semana. Antes de chegarem à primeira-vice-presidência e depois que saem da primeira-vice, não são mais responsabilidade nossa. Portanto, sugiro procurar os responsáveis por essa tarefa"

Marcos Pereira
(Republicanos-SP)
Primeiro-vice-presidente da Câmara dos Deputados

estipulado. "Todos os RICs encaminhados à primeira-vice-presidência são despachados com prazo médio de uma semana. Antes de chegarem à primeira-vice-presidência e depois que saem da primeira-vice, não são mais responsabilidade nossa. Portanto, sugiro

procurar os responsáveis por essa tarefa", disse o deputado do Republicanos.

De fato, vários Requerimentos de Informações "travaram" após receberem o parecer de Pereira. É o caso de um requerimento feito pelo deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP), de maio de 2023, sobre gastos do governo federal com o cartão corporativo durante o governo Lula, e endereçado ao ministro-chefe da Casa Civil, Rui Costa.

O filho do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) pretendia obter "dados relacionados a gastos com cartões de pagamento do governo federal, desde 1.º de janeiro de 2023, e que não constam do Portal da Transparência". No dia 10 de julho, o RIC recebeu um parecer favorável do primeiro-vice-presidente da Câmara, mas não foi encaminhado pela Mesa Diretora ao destino.

No mesmo mês, o deputado Amom Mandel pediu informações ao Ministério das Relações Exteriores sobre uma viagem de Lula à China e aos Emirados Árabes Unidos, em abril. O parlamentar do Cidadania pediu informações como a lista de integrantes da comitiva e as justificativas para a participação de sindicalistas e do líder do Movimento do Sem Terra (MST), João Pedro Stédile, na viagem. Pediu também detalhes sobre os gastos da Força Aérea Brasileira (FAB) com o traslado. Novamente, o RIC recebeu parecer favorável de Pereira, mas não teve continuidade.

COMISSÕES. Além dos parlamentares, individualmente, também ficaram sem encaminhamento, em 2023, 30 pedidos de informações feitos por comissões permanentes da Câmara dos Deputados.

No dia 14 de junho, por exemplo, a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFPC) da Casa aprovou um requerimento de informações dirigido ao Ministério da Defesa, pedindo detalhes sobre a vinda do ditador venezuelano Nicolás Maduro ao Brasil, no fim de maio. Em 11 de julho, o requerimento teve um parecer favorável do primeiro-vice-presidente da Câmara, mas foi engavetado. ●